



DA CRÍTICA AO POSITIVISMO NATURALISTA À FENOMENOLOGIA COMO UM “POSITIVISMO FILOSÓFICO”

From the critique to naturalistic positivism to a phenomenology as “philosophical positivism”

CARLOS DIÓGENES C. TOURINHO*

De la crítica al positivismo naturalista a la fenomenología como “positivismo filosófico”

Resumo: O presente artigo aborda, inicialmente, o exercício da tarefa crítica na fenomenologia de Husserl. Destaca a denúncia concernente aos contrassensos teóricos da doutrina naturalista, além de ressaltar a ingenuidade epistêmica das ciências positivas fundadas no naturalismo. Em seguida, o presente artigo mostra que a denúncia de tais contrassensos se torna uma condição para o exercício da “tarefa positiva”, através da qual seria revelado um sentido fenomenológico da ideia de “progresso” (*Fortschritt*). Trata-se agora não de um progresso fortuito, resultante de um começo e um fim eventuais, mas de um progresso fundado nas “próprias coisas”, isto é, na presença intuitiva da coisa à consciência. O novo sentido da referida ideia permitiria à fenomenologia de Husserl aspirar a um autêntico “positivismo filosófico”.

Palavras-chave: Edmund Husserl; tarefa crítica; naturalismo; positivismo; progresso; fenomenologia.

Abstract: The present paper approaches initially the exercise of the critical task in Husserl’s phenomenology. It highlights the denunciation concerning to the theoretical contradictions of the naturalist doctrine, as well as emphasize the epistemic naivety of positive sciences founded on naturalism. The paper also shows that the denunciation of such contradictions becomes a condition for the exercise of the “positive task”, through which a phenomenological sense of the idea of “progress” (*Fortschritt*) would be revealed. It is not about an accidental progress, resulting from an eventual beginning and end, but of progress based on “own things”, that is, on the intuitive presence of the thing to the consciousness. The new meaning of this idea would allow Husserl’s phenomenology to aspire to an authentic “positivism philosophical”.

Keywords: Edmund Husserl; critical task; naturalism; positivism; progress; phenomenology.

Resumen: Este artículo aborda inicialmente el ejercicio de la tarea crítica en la fenomenología de Husserl. Destaca la denuncia sobre las contradicciones teóricas de la doctrina naturalista, además de destacar la ingenuidad epistémica de las ciencias positivas fundadas en el naturalismo. Posteriormente, este artículo muestra que la denuncia de tales contradicciones se convierte en una condición para el ejercicio de la “tarea positiva”, a través de la cual se revelaría un sentido fenomenológico de la idea de “progreso” (*Fortschritt*). No se trata ahora de un progreso fortuito, resultado de un eventual comienzo y final, sino de un progreso basado en las “cosas mismas”, es decir, en la presencia intuitiva de la cosa a la consciencia. El nuevo significado de esta idea permitiría a la fenomenología de Husserl aspirar a un autêntico “positivismo filosófico”.

Palabras-Clave: Edmund Husserl; Crítica; Naturalismo; Positivismo; Progreso; Fenomenología.

* Doutor em Filosofia pela PUC-Rio. Professor Associado II do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense - UFF (Niterói-RJ/Brasil). Membro do Núcleo de Sustentação do GT de Fenomenologia da ANPOF. Email: cdctourinho@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0001-5963-599X



Introdução

Um olhar panorâmico sobre o caminho traçado por Edmund Husserl no século XX permite-nos notar a preocupação do autor em nos chamar a atenção, em diferentes momentos do seu itinerário, para os contrassensos teóricos e práticos inerentes à doutrina do naturalismo. No exercício permanente do que poderíamos chamar de “tarefa crítica” (*kritische Aufgabe*), Husserl jamais abdicou de denunciar tais contrassensos. O autor alerta-nos que, ao se apoiar na tese segundo a qual pensar o mundo consiste em pensá-lo tão somente como uma realidade de fatos naturais, tal doutrina torna-se, na segunda metade do século XIX, uma espécie de “solo” das ciências positivas que, por sua vez, absorvem, sem que se apercebam disso, os referidos contrassensos naturalistas.

Conforme Husserl mostrará, ao reduzir o mundo a uma realidade de fatos naturais (incluindo o homem como ente psicofísico), confinando o próprio pensar a inferências de “generalizações vagas da experiência”, o naturalismo incorre em uma espécie de relativismo cético, posto que toda proposição inferida dos fatos consiste em uma proposição cuja validade encontra-se fundada na experiência, não perdendo, com isso, o seu cariz contingente. As ciências positivas que se apoiam em tal doutrina, tomadas por uma “ingenuidade epistêmica”, não se dão conta de tal relativismo que, segundo Husserl, no curso ministrado em 1906/1907, intitulado *Introdução à Lógica e Teoria do Conhecimento* (*Einleitung in die Logik und Erkenntnistheorie*), expande-se como um “verme” (*Wurm*) nas raízes da doutrina naturalista, solo sobre o qual se encontram assentadas tais ciências. Dentre estas, destacar-se-á, no último quarto do século XIX, através de uma aliança com o método experimental das ciências naturais, a psicologia em seu projeto científico. Se inicialmente ela surge como uma *débutante* entre as ciências da época, em pouco tempo, exatamente por tratar das faculdades cognitivas, tal como uma “psicologia do conhecimento”, a mais nova das ciências positivas seria, nos termos de Husserl, em seu seminário de inverno de 1923/1924, publicado sob o título de *Filosofia Primeira* (*Erste Philosophie*), alçada ao lugar de “protótipo da ciência autêntica em geral” (*Prototyp echter Wissenschaft überhaupt*) (Husserl, 1923-1924/1956). Tal mudança de posição seria determinante para o nascimento de uma inclinação que marcaria época ao final do século XIX: a busca pelos fundamentos da Lógica e da Matemática na própria Psicologia, consolidando, portanto, através de inúmeras iniciativas de autores do mesmo período (tais como, Lipps, Wundt, Mill, dentre outros), o que Husserl identifica, desde os cursos de 1896 em Halle e, mais precisamente, em 1900, em *Prolegômenos à Lógica Pura* (“*Prolegomena zur reinen Logik*”), no âmbito do debate sobre a fundamentação da Lógica, como um equívoco “psicologista” (na medida em que tais autores insistem em confundir o ato psicológico de pensar com o conteúdo ideal do pensamento). Trata-se aí do “fruto” de uma árvore cujo solo naturalista estava já contaminado pelo referido relativismo cético. Denunciar os contrassensos teóricos do psicologismo, a ingenuidade epistêmica das ciências positivas das quais surge a psicologia científica e, por fim, o tal relativismo contido na doutrina do naturalismo sobre o qual se apoiam tais ciências, eis os anseios de Husserl no exercício da chamada “tarefa crítica”. Afinal, o projeto fenomenológico não poderia seguir adiante sem que tais anseios lograssem êxito, fazendo desta tarefa um recurso permanente e necessário que jamais se ausentaria do longo itinerário husserliano. Do contrário, tal ausência implicaria, por menor que fosse, no risco de fazer a fenomenologia incorrer nos mesmos contrassensos teóricos que, nas origens da fenomenologia, foram alvos da crítica de Husserl (confundindo, com isso, teoria do conhecimento com psicologia do conhecimento). Daí o autor dedicar, obstinadamente, tantas páginas à crítica direcionada às ciências positivas de seu tempo, tanto ao seu “solo” naturalista quanto ao seu “fruto” psicologista. Mas, até que ponto podemos dizer que a crítica de Husserl às ciências positivas implicaria em uma crítica ao “espírito positivo” propriamente dito? A hipótese formulada no presente artigo consiste em mostrar que o exercício husserliano da tarefa crítica tem como anseio denunciar os contrassensos teóricos (e, posteriormente, “práticos”, uma vez que tais contrassensos terão implicações no âmbito da cultura) nos quais incorrem as ciências positivas, preparando o terreno para o exercício da “tarefa positiva” (*positive Aufgabe*), na qual se aspira, por uma espécie de “retorno metódico”, fundar os juízos na evidência (ou na “doação efetiva”) dos objetos que se mostram à consciência. A denúncia dos contrassensos do naturalismo consistiria, portanto, em um passo decisivo para a desobstrução do caminho que nos conduziria a um sentido fenomenológico da ideia de “progresso” (fundado, como o próprio Husserl nos diz, na evidenciação das coisas “elas mesmas”), permitindo, ao programa da fenomenologia, aspirar a um autêntico “positivismo filosófico”. Eis a hipótese do presente artigo.

A crítica ao naturalismo e a ingenuidade epistêmica das ciências positivas

Ainda nas origens da fenomenologia, notamos uma preocupação renovada de Husserl em mostrar que toda tentativa de fundamentação da Lógica na Psicologia e, portanto, em uma ciência positiva cujas bases assentam-se na doutrina do naturalismo, se tornaria uma tentativa que nos conduziria, inevitável-



mente, a um contrassenso teórico. Afinal de contas, como nos mostra Husserl desde 1900, em *Prolegômenos à lógica pura* (“Prolegomena zur reinen Logik”), volume propedêutico das *Logische Untersuchungen* (Husserl, 1900/1913), ao ignorar a distinção entre o ato psicológico de pensar e o conteúdo ideal do pensamento, reduzindo, indevidamente, tal conteúdo a conexões psicológicas, além de incorrer em problemas de fundamentos (pois confunde os domínios do real e do ideal), o modo de consideração natural – no qual se apoia a Psicologia como uma ciência positiva – confina o homem (enquanto ente psicofísico e, portanto, como um “fato natural” em meio a outros fatos) a uma relação meramente empírica com o mundo. Neste caso, em tal modo de consideração, por mais êxito que o pensamento obtenha, fica confinado a inferir, a partir da observação dos fatos, proposições que não são senão, como nos diz Husserl, no § 21 de *Prolegômenos*, “generalizações vagas da experiência” (*vage Verallgemeinerungen der Erfahrung*) que, como tais, não perdem o seu cariz episódico. Tais proposições inferidas da experiência nos levariam, inevitavelmente, segundo Husserl, uma vez que as mesmas careceriam de validade apodítica, a um domínio de contingências, abrindo as portas para um relativismo cético.

No período dos cursos proferidos em Göttingen, nos primeiros anos após a publicação de *Investigações Lógicas*, Husserl afirma-nos que o modo de consideração natural perante o mundo adotado habitualmente pelos homens, bem como pelas ciências positivas da natureza, considera o conhecimento como uma “obviedade”. Pode-se dizer que tal modo de consideração encontra-se apoiado na doutrina do naturalismo, segundo a qual o homem estaria confinado a uma relação meramente empírica com os demais entes que habitam o seu mundo circundante. Ao adotar tal atitude, caberia ao homem de ciência, em uma vivência supostamente cognoscitiva, observar sistematicamente o fenômeno positivo, descrever a sua regularidade, para inferir, enfim, uma generalização empírica. Conforme Husserl esclarece, mergulhada no pensamento natural, a ciência dita “positiva” mostra-se despreocupada quanto às dificuldades da possibilidade do conhecimento, pois, a mesma considera como óbvia tal possibilidade. Pode-se dizer, com isso, que a referida ciência manifesta, do ponto de vista filosófico, uma ingenuidade no realismo que adota frente ao objeto que investiga, uma vez que a mesma não se interroga pelo sentido da objetividade que ela própria considera como dada ou como inquestionável. No § 32 do Capítulo 5 das lições de 1906/1907, publicadas sob o título de *Introdução à Lógica e Teoria do Conhecimento*, Husserl lembra-nos que tais ciências positivas se encontram em um “paraíso de inocência teórico-cognoscitiva” (*Paradies der erkenntnistheoretischen Unschuld*) (Husserl, 1906-1907/1984). As ciências progridem de maneira inabalável até que seja exercida uma “reflexão teórico-cognoscitiva” (*erkenntnistheoretische Reflexion*) sobre o sentido ou a validade da objetividade do mundo que tais ciências consideram como óbvia. Husserl chega mesmo a dizer, nos §§ 32 e 33 do Capítulo 5 das referidas lições, que ousar exercer esta reflexão consistiria em algo como comer a “maçã proibida” (*verbotene Apfel*) da “árvore do conhecimento filosófico” (*philosophischen Erkenntnis Baum*), o que implicaria numa espécie de expulsão deste paraíso de inocência teórico-cognoscitiva (Husserl, 1906-1907/1984). Deste modo, em sua inocência epistemológica, a ciência positiva “dá às costas” para a questão colocada pela teoria do conhecimento: afinal, em que se fundamenta a suposta relação de correspondência entre a vivência dita cognoscitiva e as coisas que lhe são transcendentais? O que o pensamento natural considera como óbvio e livre de questionamentos, a reflexão teórico-cognoscitiva – exercida sobre a relação da vivência cognoscitiva com o que lhe é transcendente – revela-nos como um enigma, designado por Husserl de “enigma do conhecimento natural” (*Rätsel der natürlichen Erkenntnis*). Tal reflexão coloca-nos, assim, frente a frente, com a questão ignorada pelo pensamento natural adotado pelas ciências positivas. Abrem-se as portas para o exercício da “tarefa crítica” (*kritische Aufgabe*) da teoria do conhecimento, cujo propósito será o de denunciar o contrassenso a que nos conduz certas formas de ceticismo em relação à temática do conhecimento.

O exercício da tarefa crítica permite-nos, inicialmente, identificar que, ao ignorar o caráter enigmático do conhecimento transcendente, a posição assumida pelas ciências naturais implica em um ceticismo obscuro (ou não declarado), na medida em que o mesmo se torna inapercebido por tais ciências. No § 33 do referido Apêndice das lições de 1906/1907, Husserl chamará este ceticismo não declarado de “inconsciente” (*unbewussten Skeptizismus*), chegando mesmo a compará-lo ao verme da dúvida ou obscuridade (*der Wurm des Zweifels oder der Unklarheit*), escondido em todo conhecimento dado como “definitivo” (*bestimmten*) e que vai, aos poucos, corroendo e destruindo a tomada de posição ingênua assumida pelas ciências positivas quanto ao conhecimento (Husserl, 1906-1907/1984). Ao conceber o mundo como uma realidade de fatos naturais, considerando inclusive o próprio pensamento como um fato natural (colapsando a distinção necessária entre o ato de pensar e o conteúdo ideal do pensamento, o que, por si só, nos conduz a problemas de fundamentos), o pensamento natural confina-nos a uma relação meramente empírica com as coisas. Assim, em tal atitude, por mais êxito que o pensamento obtenha em operar tais inferências a partir da observação sistematizada de fatos, fica confinado a proposições cuja validade se torna meramente empírica e que, enquanto tais, não perdem o seu cariz contingente, não nos livrando, por conseguinte, do assédio da dúvida e do que não é inteiramente evidente. Há, portanto, aos olhos de Husserl, em tal modo de consideração natural, um ceticismo iminente. Se afirmarmos, em conformidade com o pensamento natural, a tese segundo a qual “todas” as proposições inferidas pelo pensamento são generalizações da experiência e, por isso, na medida em que carecem de validade absoluta, são proposições



passíveis de questionamento, estaremos supondo, ao menos, que a própria tese afirmada é uma exceção à regra. Do contrário, ela própria seria também o resultado de uma inferência da experiência, consistindo, portanto, em uma generalização empírica que, como tal, é contingente. Eis o que permanece desconhecido pelas ciências naturais e, ao mesmo tempo, denunciado pelo exercício da tarefa crítica: o contrassenso a que nos conduz o ceticismo inerente ao pensamento natural adotado por tais ciências. Mas, até que ponto podemos dizer que a crítica de Husserl às ciências positivas implicaria em uma crítica ao “espírito positivo” propriamente dito? Vejamos.

A fenomenologia como um “positivismo filosófico”

Três décadas após a publicação de *Investigações Lógicas*, mais precisamente, em 1931, nos primeiros parágrafos de *Meditações Cartesianas* (*Cartesianische Meditationen*), dedicando-se à análise da ideia central em torno da qual se moveria a atividade científica, Husserl afirma-nos que as ciências teriam, para além de sua existência de fato, enquanto fenômeno de cultura, uma teleologia própria que as guiaria: a de pretender realizar, por um esforço contínuo, a ideia diretriz de se constituir como uma “ciência autêntica”, conforme salienta o autor, no § 4 da referida obra (Husserl, 1929-1931/1973). Não se trata, como assinala Husserl, da formação do conceito de ciência através de uma abstração comparativa baseadas nas ciências fáticas, mas sim, de uma pretensão que tais ciências trariam consigo, sem que pudessem justificá-la através de sua própria existência enquanto fenômeno de cultura. E é justamente nesta pretensão para a qual Husserl nos chama a atenção que encontramos a ciência como ideia – “ideia de ciência autêntica”. A atividade científica avança, por aproximações sucessivas, na obtenção do conhecimento. Tal movimento converge, segundo Husserl, para aquilo que as ciências aspiram, em sentido verdadeiro e próprio, como um fim ideal: alcançar verdades “válidas uma vez por todas e para todos” (*ein für allemal und für jedermann gültig*) (Husserl, 1929-1931/1973, p. 53). Deste modo, afirma-nos o autor, no mesmo § 4, nada poderia impedir as ciências de viver, por um esforço contínuo, o *sentido* do que aspiram, preservando uma ideia clara e distinta do fim almejado. As ciências desenvolvem-se, então, em um “progresso infinito”, inclinadas à busca por maior exatidão e precisão, exibindo um estado corrente de realização, no qual tendem para o alcance de uma perfeição crescente, gradualmente realizada. Tal estado corrente de realização é, por conseguinte, algo “relativo” para a ciência, na medida em que os momentos alcançados tornam-se, enquanto realizações parciais, objetivos intermediários entre um estado que é menos e outro que é mais perfeito. Daí Husserl dizer, alguns anos antes, na Lição 29 do Volume II de *Filosofia Primeira*, de 1924: no que concerne ao processo infinito de realização do movimento em direção ao conhecimento, “todo fim último é apenas um *telos* relativo” (“*jedes Endziel ist nur relatives τέλος*”) (Husserl, 1923-1924/1959, p. 14). Muito embora tal estado de realização corrente seja imperfeito (uma vez que é transitório), ele exibe certa perfeição, ainda que relativa ao momento presente vivido pela ciência, preenchendo, com isso, nos termos da lição acima, certa “nostalgia” (“*Sehnsucht*”), mas preenchendo-a, através de atos de conhecimento, apenas de maneira relativa. Este momento é, de qualquer modo, um estado mais completo que aquele que lhe precedeu, de modo que a perfeição alcançada no momento seguinte seria como que o *telos* para o qual a ciência tendeu em seu estado anterior. A análise dos momentos constitutivos desta “ideia teleológica geral” para a qual convergem as ciências remete-nos para o impulso de reviver o alcance do conhecimento, colocando-nos, por sua vez, diante daquilo que, aos olhos de Husserl, justificaria o sentido do conhecimento: a “evidência”. Em sentido o mais amplo, a evidência proporciona-nos, segundo Husserl, a experiência de um ser e da sua maneira de ser. Nela, a coisa intencionada não é apenas visada de forma distante ou “remota”, como objeto de uma intenção meramente significativa. Antes disso, a coisa visada nos é, de certo modo, presente “ela própria”, em seu estado de coisa “ele próprio”. Trata-se, portanto, do que Husserl considera, do ponto de vista metodológico, antes mesmo de uma primeira palavra sobre o exercício da *epoché* e, particularmente, da redução fenomenológica, de um primeiro princípio metódico, destinado a reger todos os passos ulteriores: a evidência da presença da coisa visada à consciência. Como lembra Husserl, ao asserir predicções sobre os objetos, a ciência não quer apenas formular, de maneira geral, juízos acerca dos mesmos, mas fundá-los ou verificá-los na evidência, não podendo atribuir validade final a um juízo qualquer (nem tampouco atribuir ao juízo o valor de uma etapa intermediária no caminho que conduzisse à validade final) se não tiver extraído tal validade judicativa do que é evidente.

O ato de julgar é, antes de tudo, uma intenção e, em geral, uma simples “presunção” de que uma coisa seja isso ou aquilo. Neste caso, o que é afirmado pelo juízo é apenas coisa ou estado de coisa presumido, visado pelo pensamento e, portanto, “estado de coisa pensado” (“*Denksachverhalt*”). Em geral, para Husserl, enunciar proposições judicativas, por mais viva que seja a convicção em tal enunciação, não é ainda “conhecer”, no sentido autêntico da palavra. Tal intenção puramente presuntiva deve, inicialmente, demonstrar o seu valor de verdade, algo que somente se torna possível pela adequação da intenção inicial a uma intuição correspondente, ao localizar diante do olhar, a coisa “ela mesma” (o seu estado “ele próprio”). Trata-se, em resumo, de tornar um mero visar um estado de coisa uma intenção “fundada” (“*begründet*”), no sentido de “elevá-la à evidência”. Com isso, eventualmente, deparamo-nos com outro julgar intencional, no qual temos, de certo modo, a presença à consciência do que é julgado, ou



como gosta de dizer Husserl: a “efetiva doação das coisas” (*die wirkliche Selbstgebung der Sachenreicht*) (Husserl, 1929-1931/1973, p. 54). Tal conversão de um mero julgar presuntivo em um julgar intencional no qual a coisa julgada se faz, de certo modo, presente à consciência torna-se assegurada pela evidência da coisa “visada e autodata”. Dá-se uma conformação entre o ato de visar e seu preenchimento intuitivo, fazendo com que o julgamento meramente presuntivo se torne objetivamente verdadeiro, na medida em que o mesmo se confirma na evidência.

A exigência segundo a qual o cientista deve fundar na evidência os juízos que formula será, segundo Husserl, sucedida por outra: a de refletir sobre o alcance e limite da própria evidência em questão. Afinal, a perfeição ideal exigida pela evidencia diferencia-se, podendo ser, nos termos do autor, “mais ou menos perfeita”. Temos perante nós uma infinidade de experiências ou evidências pré-científicas. Referindo-se a esta nova exigência, Husserl afirma-nos que toda “evidência predicativa implica em uma evidência pré-predicativa” (*Prädikative Evidenz schließt vorprädikative ein*) (Husserl, [1931] 1973, § 4, p. 52). As ciências aspiram predicacões destinadas a dar à intuição pré-predicativa uma expressão completa e evidentemente adequada. E é justamente o princípio metódico de “somente julgar na evidência” que deverá reger esta tarefa. A evidência pré-predicativa supõe, por sua vez, no plano sensível, uma coisa visada, cuja presença à consciência atesta-nos a sua evidenciação. Em termos husserlianos, através da evidência da coisa visada, a intenção vazia preenche-se: tem-se um “preenchimento de significação” (*Bedeutungserfüllung*). Para Husserl, não há conhecimento genuíno se não houver preenchimento intuitivo dos atos intencionais. A unilateralidade ingênua do projeto naturalista – contraditória teoreticamente e perigosa para a cultura – se constituiria como o grande obstáculo à elucidação da dita “teleologia originária”, inerente à vida intencional da consciência, em seus diferentes aspectos: desde os atos intencionais meramente significativos (aspirantes a um preenchimento intuitivo), passando, já no nível de uma evidenciação pré-predicativa, pelos preenchimentos iniciais deste ato (cada um dos quais aspirando a uma perfeição cada vez maior), até a aspiração por um preenchimento intuitivo definitivo, tornando possível aos juízos de percepção aspirar a um preenchimento categorial, ao asserirem uma predicacão acerca do estado da coisa percebida. Trata-se, portanto, de uma teleologia imanente à vida intencional, cujas leis e propriedades essenciais devem ser devidamente aclaradas. Grande parte do esforço de elucidação desta realização teleológica originária, na qual encontraríamos talvez o sentido mais íntimo da fenomenologia husserliana, sem o qual conhecimento autêntico algum se tornaria possível, permite-nos compreender o porquê de Husserl jamais abdicar, no curso de todo o seu itinerário, do exercício da chamada “tarefa crítica”, por meio da qual é levado a denunciar os contrassensos teóricos, bem como os equívocos de fundamentos, resultantes da fundamentação das ciências positivas da época na doutrina do naturalismo e, mais particularmente, do projeto de naturalização da consciência (responsável pela reincidência do psicologismo e do relativismo cético que lhe é próprio).

Acrescenta-se ainda que tais realizações teleológicas supõem a ideia de “progresso” (*Fortschritt*), crucial para as aspirações das ciências positivas da época. Mas, se para tais ciências, o dito progresso somente pode ser obtido a partir daquilo que podemos conhecer positivamente (isto é, a partir das generalizações empíricas inferidas indutivamente por meio da descrição da regularidade dos fatos observados sistematicamente), no que concerne às realizações teleológicas para as quais Husserl nos chama a atenção, o progresso em questão não resultaria de um “começo e fim” fortuitos, mas, como ele próprio nos diz, no § 5 de *Meditações Cartesianas* (1931), estaria fundado na “natureza das próprias coisas” (*in der Natur der Sachen selbst*) (Husserl, 1929-1931/1973, p. 53), isto é, na presença intuitiva da coisa visada à consciência. Trata-se, portanto, de um progresso em sentido “fenomenológico” e não em um sentido meramente “cumulativo” (tal como entendido pelas ciências positivas).

Deste modo, a título de conclusão, cabe-nos ainda destacar que se o exercício da tarefa crítica incide sobre a ingenuidade epistêmica das ciências positivas, tendo como objetivo denunciar os contrassensos teóricos inerentes à doutrina naturalista (como vimos, espécie de “solo” das referidas ciências), é preciso esclarecer, contudo, que tal crítica não recai sobre o espírito científico propriamente dito, mas, antes sim, sobre o modo “ingênuo” (filosoficamente falando) e “perigoso” (do ponto de vista dos rumos tomados pela cultura europeia) por meio do qual tal espírito é, restritamente, vivido pelas ciências positivistas à época de Husserl. O exercício da referida tarefa torna possível a abertura de um caminho por meio do qual nos é revelado uma concepção de progresso fundada nas coisas “elas mesmas”, permitindo-nos pensar, com Husserl, a partir da crítica às ciências positivas e, mais particularmente, à naturalização da consciência, uma aspiração própria ao programa da fenomenologia: fornecer, através da tarefa crítica, condições para a realização de um “positivismo filosófico e mundividente” (*philosophischen und weltanschaulichen Positivismus*), como ele próprio nos diz, no § 3 do Capítulo 1 de *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental* (*Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendentalen*), último grande testemunho husserliano contra os preconceitos naturalistas vividos pelas ciências da época. Tratar-se-ia de uma aspiração cuja presença notamos, no itinerário husserliano, desde 1913, quando o próprio Husserl afirmava-nos, no § 20 de *Ideias I*, que: “Se por ‘positivismo’ entendemos o esforço, absolutamente livre de preconceitos, para fundar todas as ciências sobre o que é ‘positivo’, quer dizer, suscetível de ser apreendido de maneira originária, nós é quem somos os verdadeiros positivistas” (Hus-



serl, 1913/1976, p. 45). Dez anos depois, no curso de inverno de 1923, na Lição 17 do Capítulo 2 do Volume I de *Filosofia Primeira*, Husserl reforçaria, uma vez mais, a referida aspiração, afirmando-nos que: “Enquanto não superarmos o psicologismo e o objetivismo (enquanto não tivermos um positivismo, no bom sentido da palavra), nenhuma filosofia da razão será possível – e isto quer dizer nenhuma filosofia qualquer que seja” (Husserl, 1923-1924/1956, p. 125). Revela-se, portanto, em Husserl, para além dos contrassensos da ingenuidade epistêmica das ciências positivas, um “bom sentido” (*guten Sinn*) do termo positivismo. Tal sentido remete-nos para uma pretensão que não parece ser fortuita, mas, antes sim, como o próprio Husserl nos diz, em 1923, fundada em um “retorno às coisas mesmas”, revelando-nos, por fim, a concepção da fenomenologia como um autêntico “positivismo filosófico”.

Referências

- Husserl, E. (1913). *Logische Untersuchungen*. Erster Band. “Prolegomena zur reinen Logik”. Halle a. d. S.: Max Niemeyer (Original de 1900).
- Husserl, E. (1984). *Einleitung in die Logik und Erkenntnistheorie – Vorlesungen 1906/07*. Husserliana (Band XXIV). Dordrecht, The Netherlands: Martinus Nijhoff (Original de 1906/1907).
- Husserl, E. (1976). *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff (Original de 1913).
- Husserl, E. (1956). *Erste Philosophie (1923/1924)*. Erster Teil. The Netherlands: Martinus Nijhoff (Originals de 1923/1924).
- Husserl, E. (1959). *Erste Philosophie (1923/1924)*. Zweiter Teil. The Netherlands: Martinus Nijhoff (Originals de 1923/1924).
- Husserl, E. (1973). *Cartesianische Meditationen und Pariser Vorträge*. Husserliana (Band I). Den Haag, Netherlands: Martinus Nijhoff (Originals de 1929/1931).
- Husserl, E. (1976). *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*. Husserliana. Band VI. Netherlands: Martinus Nijhoff (Original de 1936).

Recebido em 04.02.2020 – Aceito 18.03.2020